

N 250

250 anos **da Imprensa Nacional** **Uma breve história**

Maria Inês Queiroz
Inês José
Diogo Ferreira

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© **N** I M P R E N S A
N A C I O N A L

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA A COMERCIALIZAÇÃO.

250 anos da Imprensa Nacional - Uma Breve História

Coordenação científica

Maria Inês Queiroz

Pesquisa

Diogo Ferreira, Inês José, Tiago Mendes

Paginação

Nuno Silva/INCM

Abril 2020

www.incm.pt · prelo.incm.pt · facebook.com/incm.livros · editorial.apoiocliente@incm.pt

Imprensa Nacional é a marca editorial da · Imprensa Nacional is the editorial brand from **INCM**

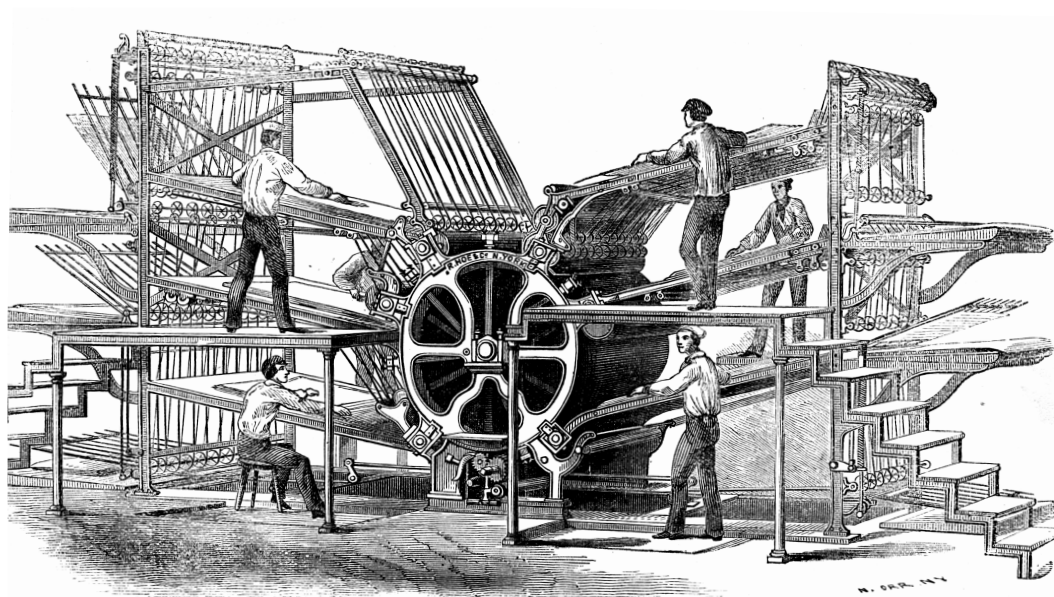
Esta edição, em formato exclusivamente digital, constituída por 10 pequenos volumes, é uma breve síntese adaptada a partir da obra *Indústria, Arte e Letras. 250 anos da Imprensa Nacional*, da autoria de Maria Inês Queiroz, Inês José e Diogo Ferreira, publicada pela Imprensa Nacional em 2019, com *design* da fba.

A ERA DOURADA

Na década de 1840, a Imprensa Nacional iniciou o ciclo de maior desenvolvimento técnico e artístico de todo o século XIX, colocando-se ao nível das suas congéneres europeias. A partir desta altura, promoveram-se missões de estudo e de especialização que permitiram melhorar a qualidade técnica e artística, diversificar e aumentar a produção, introduziram-se os primeiros equipamentos de fundição mecânica e impressão a vapor, renovou-se a litografia e diversificou-se a produção.

A partir da segunda metade de oitocentos, beneficiando do espírito da Regeneração e refletindo a melhoria do ensino e a aceleração da modernização tecnológica, foi altura de reorganizar oficinas e introduzir novas técnicas gráficas.

Máquina a vapor de Hoe, com dez cilindros, utilizada no jornal *Times* em 1856.



HOE'S SIX CYLINDER PRINTING PRESS.

NOVAS LETRAS, MELHORES IMPRESSÕES

Passado um período de impasses e crises decorrente das guerras liberais, a Imprensa Nacional reuniu condições para o rápido desenvolvimento técnico e artístico, beneficiando para isso de um apoio político e financeiro determinante para o seu reconhecimento internacional. A partir de uma primeira viagem realizada pelo novo administrador José Frederico Marecos, em 1843, nasceu o projeto de reorganização de serviços e de modernização tecnológica das oficinas. Com esta renovação, formalizou-se e estruturou-se o ensino, iniciou-se a modernização da Fundação de Tipos e alargou-se a capacidade de oferta ao mercado nacional. Concomitantemente, a indústria tipográfica do país, atendendo às leis de liberdade de imprensa, ao alargamento de públicos, ao desenvolvimento da instrução e às transformações do tecido social, iniciou uma fase de transformação e crescimento que também teve impacto na tipografia do Estado.

Antecedidas por algumas medidas importantes do administrador José Liberato Freire – que na década de 1830 introduzira a litografia e lançara o primeiro catálogo da fundição de tipos –, as reformas iniciadas por Frederico Marecos inauguraram um novo ciclo de renovação tecnológica e profissional da Imprensa Nacional. Os primeiros desafios de Marecos, na viragem de década, passaram pela resolução de uma crise interna ligada a atrasos nos pagamentos de trabalhos, a dificuldades de execução e a problemas de aquisição de matéria-prima, a que se associou o descontentamento profissional.

Foi também com o novo administrador que se colocou de forma mais estratégica o problema da renovação de equipamento, como a aquisição de máquinas de impressão cilíndricas, destinadas a impressões de maior dimensão. No final de 1840, a Imprensa Nacional reunia 20 prelos de ferro, aumentando assim a capacidade de resposta a trabalhos mais exigentes, mas estava em falta uma máquina que assegurasse a impressão regular do *Diário do Governo*. Em fevereiro de 1843, foi adquirido o único prelo do género em Lisboa e que permitiu reduzir a um terço o tempo de impressão.

Nesta altura prosseguiu também a renovação da oferta de letra, na linha de desenvolvimento do mostruário de 1838, mas agora adequando o fabrico a necessidades práticas (que, segundo Marecos, se sobrepunham à sazonalidade de algumas coleções), permitindo fornecer as tipografias do mercado metropolitano e colonial.

Entretanto, a década de 1840 em Portugal foi marcada pelo fim do Setembrismo, com a ascensão de Costa Cabral e a afirmação de uma política conservadora que procurou afastar as facções mais radicais. Foi também marcada pela restauração da Carta Constitucional, no início de 1842, pela aprovação de um novo Código Administrativo que concentrou mais poderes no Estado Central e por um conjunto de medidas de controlo do *deficit* e da dívida pública. Frederico Marecos iria resistir a todas estas alterações políticas, permanecendo no cargo de administrador da Imprensa Nacional até 27 de setembro de 1844, data da sua morte prematura.



José Frederico Pereira Marecos.
Gravura de Santa Bárbara [1846].
Biblioteca Nacional de Portugal.

À oficina do Estado também se colocavam, nesta altura, outros desafios à escala setorial. A revolução de setembro de 1836 tinha proporcionado uma política de progresso estrutural do desenvolvimento artístico e do ensino técnico português que se estendeu ao setor das artes gráficas. Entre os esforços desenvolvidos, sobretudo a partir da década de 1840, por jornalistas e escritores, destacou-se a criação da Associação Promotora dos Melhoramentos da Imprensa, em agosto de 1846, que contou com a iniciativa direta de figuras como Almeida Garrett e José Estêvão, destinada a lutar pela melhoria de condições da imprensa portuguesa mas também a combater os monopólios lesivos para a sua atividade. Esta e outras iniciativas compaginavam-se com o debate europeu em torno da afirmação da imprensa e das artes gráficas. No plano industrial, discutia-se em particular a necessidade de modernização de equipamento, decorrente dos aumentos de tiragens que correspondiam ao desenvolvimento da instrução e, por isso, a um maior número de leitores. A tipografia portuguesa mantinha, no entanto, um franco atraso em relação a outros países europeus e que se devia à incipiência do mercado livreiro, à carestia de papel e de tipos — cuja produção parecia pouco cuidada — bem como à falta de preparação técnica de compositores, revisores e impressores.



Coleção das edições de Almeida Garrett publicadas na Imprensa Nacional e atualmente acessíveis na sua biblioteca, incluindo teatro, poesia, ensaio e romance. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Entre os projetos concretizados por Frederico Marecos, esteve também a remodelação do edifício, cujo estado de degradação era cada vez mais evidente. Em maio de 1841, foram autorizadas obras de ampliação e construção de «outra casa sobre a que ocupa a mesma imprensa» para instalação de novas oficinas. A Imprensa foi assim autorizada a alargar os espaços de trabalho e a construir, junto à Fábrica de Cartas de Jogar, um armazém para depósito de livros e impressos em segurança, tendo em conta que muitos destes materiais se tinham deteriorado e perdido nas instalações do antigo Colégio dos Nobres. O crescimento rápido dos serviços da Imprensa Nacional tornou-se evidente

quando, em junho de 1844, Frederico Marecos pediu intervenção da tutela junto do cardeal patriarca para «profanar» a capela existente no edifício para adaptação às oficinas, numa altura em que não era já possível prescindir de nenhum dos espaços existentes...



Rolo de tintagem, que substituiu a anterior bala na aplicação de tinta de impressão. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

PRESERVAR A CULTURA: OS CLÁSSICOS E A BIBLIOTECA

A afirmação pública da Imprensa Nacional neste período passou também por compreender a sua missão em matéria de preservação do património literário português. Missão que, de resto, a acompanha até aos dias de hoje. No final de agosto de 1842, e tendo em atenção o carácter complementar que a oficina do Estado podia assumir no panorama editorial, Frederico Marecos apresentou um novo projeto de reimpressão de obras raras ou de difícil acesso para «prestar este útil serviço à nossa literatura».



António Feliciano de Castilho.
Gravura de A. F. Lemaître [c. 1855].
Biblioteca Nacional de Portugal.

A iniciativa implicava coordenação e conhecimento, para cujas funções foi indicado um dos expoentes do romantismo português, o poeta António Feliciano de Castilho, juntamente com Frederico Marecos, também ele com percurso poético. Caber-lhes-ia selecionar as obras «que com preferência a merecerem» e assim preservar «a memória de autores, que com os seus escritos tanto ilustraram a Nação Portuguesa». Pouco mais se sabe sobre este projeto, sendo provável que a morte inesperada do administrador fizesse adiar esta e outras iniciativas editoriais.

No mesmo plano de valorização cultural, Frederico Marecos procurou reforçar a biblioteca da Imprensa Nacional, dando resposta às perdas de parte do seu espólio, que alguns anos antes tinha sido transferido para a biblioteca do Palácio Real da Ajuda. Procurando colmatar algumas destas falhas, foram obtidos na Biblioteca Pública de Lisboa vários números duplicados da *Gazeta de Lisboa*, editada desde 1715, e adquiridas novas coleções.

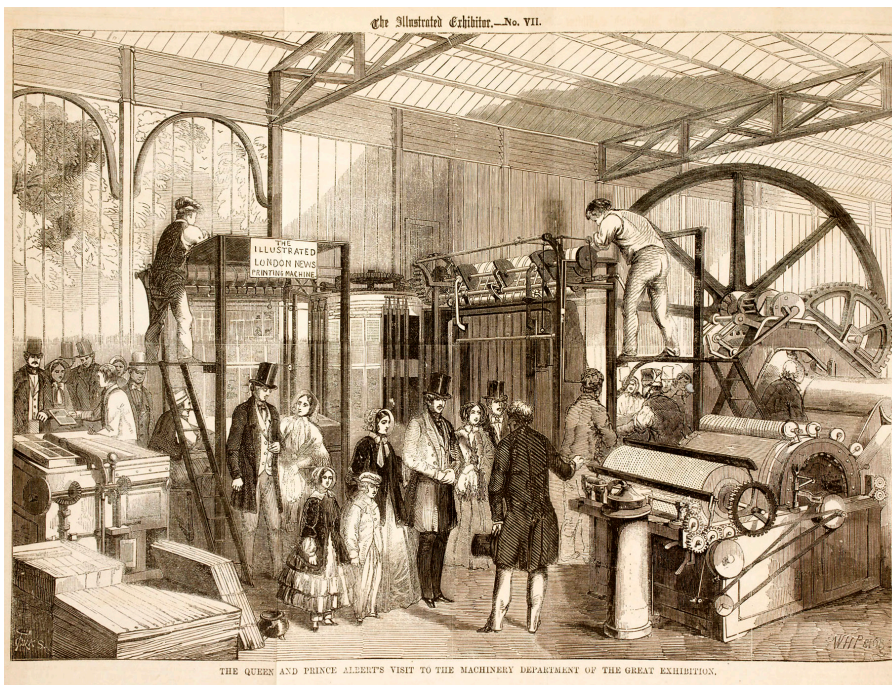


Biblioteca da Imprensa Nacional, instalada no antigo palácio Soares de Noronha [final do séc. xx].

Já depois da morte de Frederico Marecos, substituído pelo seu irmão Firmo, manteve-se a preocupação de recuperar e enriquecer o acervo desta biblioteca, entretanto inventariada e completada com os livros necessários e em falta, vocacionando-a também para a formação em artes gráficas. Na década de 1860, o catálogo bibliográfico rondava os 4000 volumes e folhetos, incluindo obras raras e de especial valor.

IMPRESSÃO A VAPOR

Visita da rainha Vitória e do príncipe Alberto ao pavilhão de maquinaria da Grande Exposição de Londres, com equipamento de impressão do *Illustrated London News*.
The Illustrated Exhibitor: Guide to the Great Exhibition, 1851.
 British Library.



Ao longo destes anos, acompanhando o sentido modernizador e estratégico de Frederico Marecos, a Imprensa Nacional aproximou-se rapidamente da tendência europeia, marcada por missões de estudo e pela aceleração do conhecimento técnico. A viagem realizada pelo administrador a França, Inglaterra e Bélgica, entre 9 de julho e 19 de dezembro de 1843, representou um passo importante nesse sentido. Em Paris, Marecos estudou os principais desenvolvimentos do setor tipográfico, cumprindo duas tarefas fundamentais: identificar os melhores tipos e equipamentos e conhecer os principais fornecedores.

Entre os pontos de maior interesse desta viagem, destacou-se a visita à congénere francesa, a Imprensa Real de Paris, conseguida apenas por via diplomática, onde conheceu todos os espaços e oficinas, chegando a colaborar com o 1.º chefe do serviço na ausência do diretor, Pierre Antoine Lebrun. Foi também em França que conheceu métodos de fabrico de tintas e o então designado processo de «*clicher*», isto é, estereotipar e reproduzir gravuras e vinhetas, cujos aparelhos foram comprados à casa Didot, através da qual foi também enviado a Lisboa um operário para, durante um ano, ensinar a nova técnica.

Mas a principal novidade no domínio tecnológico prendeu-se com as máquinas de impressão a vapor que, embora já largamente difundidas pela Europa, não faziam ainda parte da tipografia portuguesa. Frederico Marecos

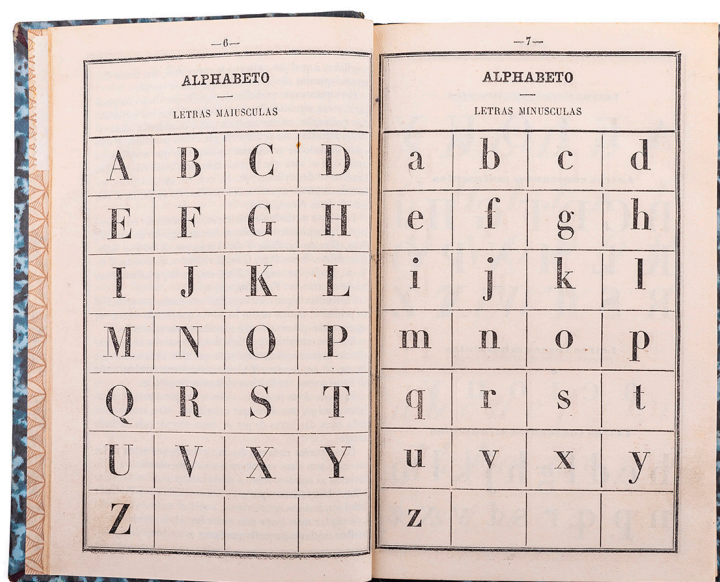
comprou então os caracteres necessários, uma máquina a vapor *Daret* e uma pequena prensa de braço ao fabricante Gaveaux. De regresso a Lisboa, em 19 de dezembro, cerca de cinco meses depois, Marecos trazia também o modelo de administração francês, cujos regulamentos procurou implementar na tipografia do Estado. No dia 1 de julho de 1844 a máquina de cilindros imprimiu pela primeira vez o *Diário do Governo* «com um primor que deixou todos maravilhados».

Em 1845, a Imprensa Nacional contava já com 2 prelos mecânicos adquiridos em França, além de 20 prelos de ferro. As duas máquinas a vapor mostravam um trabalho «perfeitíssimo e maravilhoso». Uma delas permitia imprimir em retirada (frente e verso) mais de 800 exemplares por hora, o que significava uma velocidade cerca de dez vezes superior ao prelo comum. O aumento da eficiência de produção também resultava, é claro, da introdução do vapor que movia estas duas prensas e de uma máquina de moer tinta de impressão, conferindo-lhe maior qualidade. Em 1847, os benefícios da mecanização eram já evidentes, refletindo-se em lucros elevados bem como na poupança de tempo e mão-de-obra. Foi o caso do *Método Facillimo*, de E. A. Monteverde, por exemplo, cuja impressão de 43 200 exemplares foi conseguida em 54 dias contra os 345 dias que um prelo antigo demoraria a produzir. Note-se que a impressão a vapor em Portugal só foi introduzida nesta altura e pela Imprensa, destinando-se essencialmente a imprimir o *Diário das Sessões* da Câmara dos Deputados.

Em contraciclo com o processo de crescimento das restantes oficinas da Imprensa Nacional, o fabrico de cartas estava já em franca decadência desde 1832, num processo marcado pela progressiva degradação das condições de produção, a enorme quebra de vendas e a evidente falta de interesse público associado à retirada do exclusivo.



Exemplar do *Diário do Governo*, n.º 159, de 7 de julho de 1848, com alterações ao grafismo do cabeçalho. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



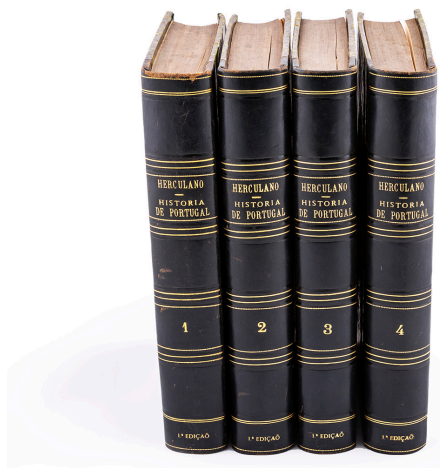
Décima primeira edição do *Método Facillimo para aprender a ler* [...] de Emilio Monteverde, aprovada pela Junta Consultiva de Instrução Pública. Imprensa Nacional, 1874. Reconhecido oficialmente, terá sido o método de ensino com maior expansão em Portugal entre as décadas de 1850 e 1880 e, pelo mesmo motivo, com maior número de tiragens. A 7.ª edição, de 1859, da qual se imprimiram 100 000 exemplares, foi apresentada na Exposição Universal de 1862, em Londres. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

No final dos anos 40, a Imprensa Nacional destacava-se, mais do que nunca, pela qualidade das obras dadas à estampa, com clara melhoria do trabalho de composição e nitidez de impressão, como confirmavam a *História de Portugal*, de Alexandre Herculano, a *Viagem ao Vale das Furnas*, do comendador Freitas, a *História do Cerco do Porto*, de Simão José da Luz Soriano, e a *Coleção de Pensamentos, Máximas e Provérbios*, do conselheiro Barto. No mesmo sentido, os catálogos da fundição começaram a ser distribuídos pelas oficinas tipográficas da metrópole e colónias, para desta forma alargar o mercado de venda de tipos, vinhetas e ornatos.

História do Cerco do Porto, de Luz Soriano. Imprensa Nacional, 1846. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

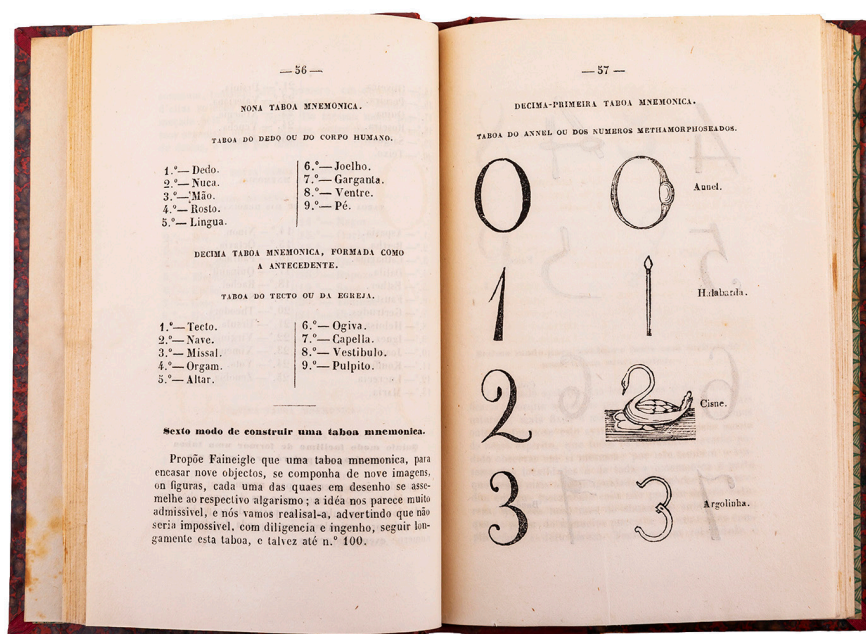


Primeira edição da *História de Portugal*, de Alexandre Herculano, publicada entre 1846 e 1853. Considerada a primeira narrativa histórica com preocupação de rigor científico, a obra suscitou polémica junto do clero português ao colocar em causa o «milagre de Ourique». Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



No domínio editorial, vale a pena destacar também o crescimento e a diversificação do número de publicações pedagógicas, como manuais escolares, periódicos, almanaques e compêndios, além do *Tratado de mnemónica, ou methodo facilimo para decorar muito em pouco tempo*, de António Feliciano de Castilho (1851). A estas publicações educativas associaram-se ainda edições destinadas ao ensino artístico, como o compêndio *Princípios Elementares de Música*, de D. Laureti, destinado à Escola de Música do Conservatório Real de Lisboa, cuja impressão foi ordenada em 1845; e à instrução pública, como as edições de *Resumo da história de Portugal: para uso das crianças que frequentão as aulas*, de Monteverde, em 1844, os *Elementos de arithmetica* (edição aumentada com 56 páginas de impressão), de José Cordeiro Feyo, em 1844, e as *Lições de álgebra elementar: princípios: equações do 1.º e 2.º grau*, de J. F. Campos, em 1848.

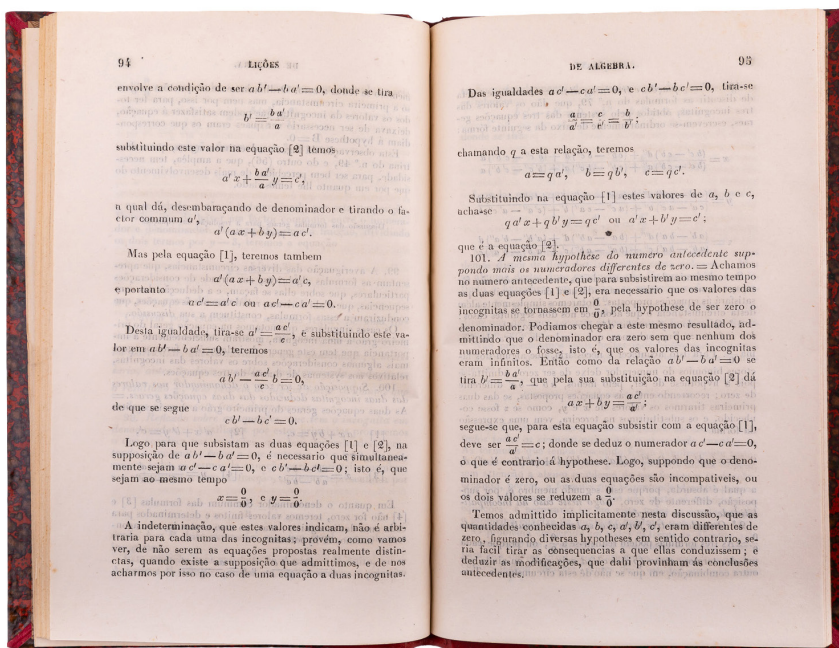
Tratado de mnemónica, de António Feliciano de Castilho, publicado em 1851.



Após a morte de Frederico Marecos, o seu irmão, Firmo, veio substituí-lo, dedicando os primeiros anos de administração a reduzir a dívida remanescente e a manter uma política de equilíbrio entre o controlo de custos e o contínuo aperfeiçoamento da produção. No seu relatório publicado em julho de 1849, sintetizou o progresso alcançado:

A Imprensa Nacional não é só uma oficina tipográfica, como parece definir a sua denominação: a Imprensa Nacional é um vasto estabelecimento, onde se praticam diversas artes e ofícios. Aqui são feitas todas as coisas essencialmente necessárias à tipografia. Fazem-se os punções; cravam-se e justificam-se as matrizes; fundem-se e justificam-se os tipos, pelo sistema de pontos, como está modernamente adotado nos países mais adiantados na arte tipográfica; estereotipa-se qualquer composição tipográfica; reproduzem-se todas as vinhetas e ornatos tipográficos por meio de belos aparelhos, e pelo mesmo método, que se usa em França e Inglaterra. [...] Nesta Casa, enfim, prontifica-se tudo de que carece a composição e impressão de uma nítida e rica edição.

Lições de Álgebra Elementar, da autoria de J.F. Campos. Manual destinado ao ensino dos alunos «da primeira cadeira» da Escola Politécnica, Imprensa Nacional, 1848. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



A redução de custos de produção e a melhoria da qualidade tinham captado autores como Emílio Monteverde, que confiou aos prelos da Imprensa Nacional o *Manual Enciclopédico* para uma tiragem de 20 mil exemplares, Luís Francisco Midosi, autor de *Expositor Português*, Fradesso da Silveira, um dos proprietários e redator do *Almanak popular e Revista Popular* e mesmo editores como a casa Bertrand que então reconhecia a qualidade superior das edições da tipografia do Estado.

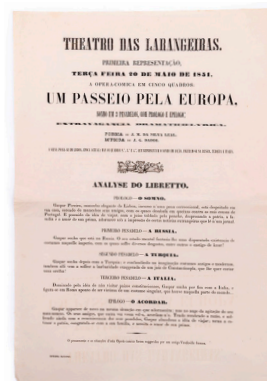
«EDIÇÕES NÍTIDAS, CORRETAS E POR PREÇO RAZOÁVEL» Procurando manter uma certa continuidade com a missão fundadora da Imprensa Régia, Firms Marcós procurou assegurar a reedição do *Missal* e do *Breviário Romano*, que se encontravam esgotados desde 1846, procurando recuperar as receitas entretanto perdidas no promissor mercado brasileiro bem como no mercado nacional, onde chegavam edições italianas e francesas. Em 1852, assinalavam-se as últimas correções e melhorias em relação à última edição para finalmente dar à estampa novos exemplares portugueses.

Em 1850, no processo de «marcha de progressivo melhoramento» da Imprensa, o principal desenvolvimento concentrou-se na Oficina Litográfica onde, para além de um maior número de trabalhadores, passava por uma

fase de reequipamento que incluía um moderno prelo litográfico de grandes dimensões. Assinalando a crescente confiança nos prelos do Estado, nesta altura foram também publicados 1200 exemplares do *Curso de Economia Agrícola*, de António Joaquim de Figueiredo, patrocinado pelo Ministério da Fazenda, 4500 exemplares da *Encíclica de Sua Santidade, de 25 de Julho de 1850* e os opúsculos *Verificação, Declamação e Poética* e *Noções Rudimentares para Uso das Escolas*, ambos de António Feliciano de Castilho.

A reputação da tipografia do Estado refletia-se não só nos livros que produzia mas também na sua relação com os poderes públicos, como viria constatar o próprio administrador junto do ministro do Reino, em 19 de dezembro de 1850: «Hoje, Senhor, a Imprensa Nacional é procurada por todos que querem edições nítidas, corretas, e por preço razoável. A imprensa periódica de todos os partidos não contesta esta verdade; por muitas vezes tem elogiado esta Casa.»

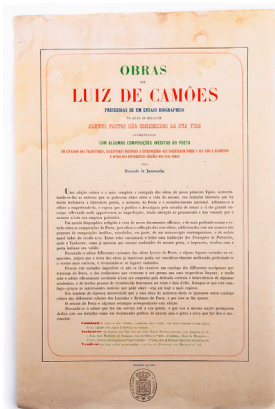
A evolução da qualidade técnica e artística da Imprensa Nacional começou a refletir-se também nos sucessivos prémios obtidos em Exposições Internacionais e Universais, espaços por excelência de apresentação dos produtos dos vários ramos da indústria. Na Exposição Internacional de Londres de 1862, além das obras impressas, também foram apresentadas as ponturas graduadas, inventadas por José Maurício Veloso para conferir precisão ao trabalho de impressão, e uma tipografia portátil, construída na Imprensa Nacional para o serviço do Ministério da Guerra, trabalho da autoria do antigo marceneiro António Faustino de Castro.



Programa da ópera cómica de Silva Leal, *Um Passeio pela Europa*, representada no Teatro das Laranjeiras em 20 de maio de 1851. Impresso pela Imprensa Nacional. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

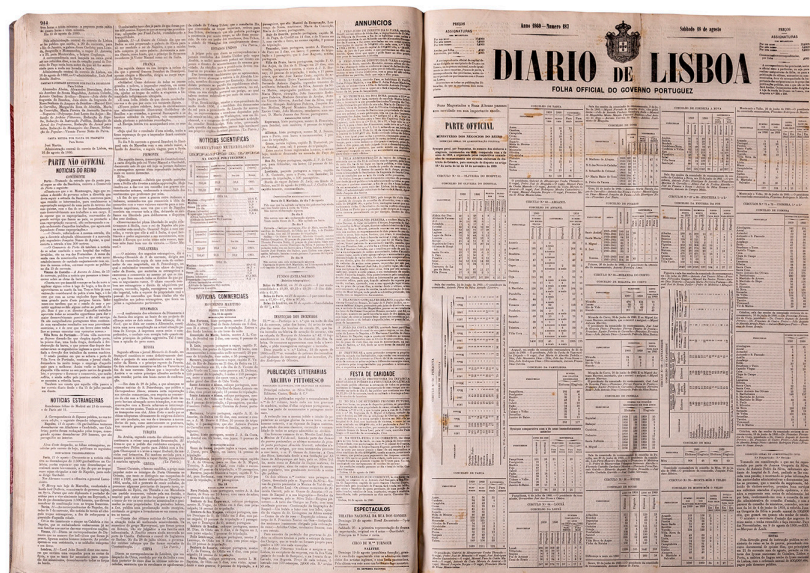


Pavilhão da arte e da indústria na Exposição Internacional de Londres de 1862. *The Builder*, 17 de maio de 1862, p.351.



Folheto publicitário da edição crítica das obras de Camões, organizada pelo Visconde de Juromenha. A obra, publicada pela Imprensa Nacional em 6 volumes, chegou ao público ao longo da década de 1860. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

A história do Jornal Oficial, entretanto colocado sob a tutela oficial do Ministério do Reino, também atravessou mudanças importantes nestes anos, começando pela nova designação da Folha Oficial do governo para *Diário de Lisboa*, em 31 de outubro de 1859. Este jornal veio substituir o anterior *Diário do Governo*, que só em 1868 retomou a antiga designação com a qual iria estabilizar até à promulgação da Constituição da República Portuguesa, em 1976. Em abril de 1859, foi levado à Câmara dos Deputados um projeto destinado ao «melhoramento do periódico oficial do Governo» propondo que sempre que a receita fosse inferior à despesa. Como forma de compensação, a Imprensa passaria a incluir no orçamento anual todos os valores gastos para posterior reembolso. Assumindo agora a função de Folha Oficial e já sem caráter noticioso, a responsabilidade da sua impressão foi oficialmente entregue à Imprensa Nacional.



Exemplar do Jornal Oficial no período em que se designou *Diário de Lisboa*. N.º 187, de 18 de agosto de 1860. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

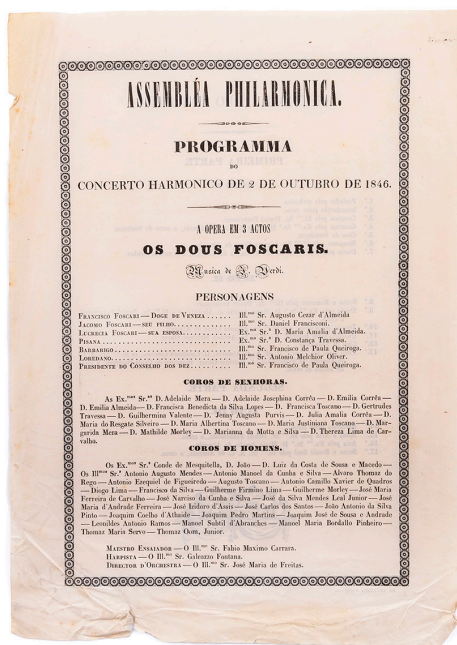
OFICINAS COM ESCOLA

Dois dos primeiros marcos desta fase de administração, e que se revelaram determinantes na história da Imprensa Nacional, passaram pela formalização do ensino profissional, com a criação da escola tipográfica, no início de 1845, e pela organização do Montepio do Pessoal, no final do mesmo ano. Num dos seus primeiros relatórios à ao Ministério do Reino, em setembro de 1847, o administrador Firmo Marecos destacou a importância de entregar o ensino da tipografia a um único mestre, cujos aprendizes, entre os 12 e os 15 anos, deviam saber ler, escrever, contar e conhecer a gramática elementar. Desde o início da sua formação, que durava quatro anos, os alunos recebiam uma pequena remuneração que progredia a cada ano, até à sua integração definitiva nas oficinas. A estruturação do ensino na Imprensa vinha assim assegurar uma

continuidade fundamental às artes gráficas — numa altura em que se receava pelo número reduzido de artistas especializados existentes no país — bem como a necessária atualização, através do conhecimento de processos mais modernos que escapavam já aos artistas de idade avançada. Os resultados eram incontestáveis:

Estes rapazes com 2 anos e meio que tiveram de ensino, são já hoje mais hábeis do que a maior parte dos compositores que há nesta Casa, e espero que no fim dos 4 anos serão superiores a todos, com raras exceções.

O primeiro mestre da escola terá sido João Manuel de Freitas, considerado um dos mais importantes tipógrafos do seu tempo, admitido na Imprensa Nacional em maio de 1821, assumindo mais tarde funções como diretor técnico nas oficinas tipográficas.



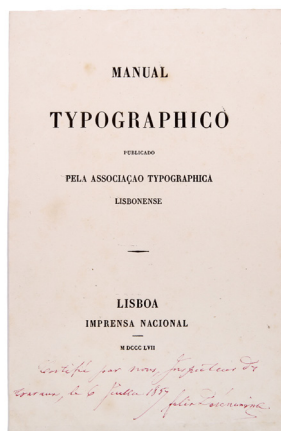
Programa da ópera *Os Dois Foscari* (*Il Due Foscari*), de Giuseppe Verdi, apresentada em 2 de outubro de 1846 na Assembléa Filarmónica (academia amadora de música criada em 1838 com apoio do Conde de Farrobo), sob direção de José Maria de Freitas e com um elenco maioritariamente português. Impresso na Imprensa Nacional. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

A par da modernização tecnológica e da formalização do ensino, a Imprensa Nacional atravessou também, nesta altura, um dos mais importantes processos de reforma administrativa, com a introdução de regulamentação da Oficina Tipográfica. Em 1851, Firmo Marecos nomeou uma comissão com alguns dos tipógrafos mais destacados destinada à criação de um «Manual Tipográfico Português», inspirado nas práticas europeias, e que deveria traduzir-se no novo regulamento da Oficina Tipográfica. Com este projeto de regulamento pretendia-se estudar a evolução das artes tipográficas nos principais países e analisar as causas para o seu atraso em Portugal, para depois definir estratégias

para o seu avanço e aperfeiçoamento com base nos manuais franceses. Entre os problemas fundamentais, impunha-se a reforma da estrutura profissional, que era ainda obsoleta e não tinha acompanhado estas transformações nem estava ainda devidamente especializada.

Foi também a partir deste projeto que se instituiu oficialmente a escola tipográfica, para a qual foi criado um espaço autónomo, sendo coordenada por um mestre e exigindo mais habilitações dos candidatos a aprendiz. Nesta organização foi definido um limite máximo de oito alunos de modo a prevenir entropias no sistema de ensino, num ciclo de quatro anos de aprendizagem para aprendizes entre os 13 e 15 anos de idade, dando direito de preferência aos filhos de operários. O regulamento da escola foi publicado em julho de 1858.

A regulamentação introduziu ainda outras mudanças fundamentais como a criação do lugar de revisor, considerado fundamental para o aperfeiçoamento das edições, e a constituição de um conselho tipográfico. A organização do trabalho foi ainda considerada noutros aspetos, como a reorganização das oficinas e do material, propondo-se a reorganização das secções para melhor aproveitamento dos espaços, restringindo o acesso ao edifício com a criação de uma área de visitas e impondo uma organização única e a limpeza das caixas tipográficas de forma a evitar a «anarquia» que resultava de arrumações individuais, além da organização e higiene das oficinas, também definida em detalhe. A proposta incluía ainda as tabelas de preços de composição a aplicar daí em diante.



Prova de impressão de folha de rosto do *Manual Tipográfico*, projetado em 1851. Esta prova faz parte do conjunto de trabalhos realizado e examinados na Imprensa Imperial de Paris, em 1857. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

«OS NOSSOS FUNDIDORES TÃO PERFEITOS COMO OS DAQUELA CIVILIZADA NAÇÃO»

Entre todos os processos de modernização, o desenvolvimento da Fundição de Tipos, à qual tinham sido acrescentados novas letras, vinhetas e ornatos, dependia ainda de uma reforma mais profunda que implicava a contratação de um artista especializado para coordenação dos trabalhos da oficina. Em 1850, a administração da Imprensa Nacional contratou para esse fim o artista francês, Louis Muratet, que se tinha afastado da fundição Silva & Bézan. Muratet veio substituir o anterior mestre, António Alves, ficando responsável pela oficina a partir de maio, altura em que deu início à reforma do processo de produção, simplificando-o com novos métodos e ferramentas obtidas no mercado francês. Coube também a Muratet desenvolver o ensino dos fundidores, contando já com jovens aprendizes que fariam com ele a sua formação de base. O otimismo de Firmo Marecos em relação à modernização desta oficina ficou registado num relatório de outubro de 1850:

Já se notam sensíveis melhoramentos na fundição de tipos, mas quando um ano ou ano e meio tiver passado será esta oficina da Imprensa Nacional bem semelhante às melhores de Paris e os nossos fundidores tão perfeitos como os daquela civilizada nação.



Edição de 1858 do catálogo da fundição de tipos da Imprensa Nacional. Corpos n.º 47 a 50 de letras capitais diversas. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

A par da renovação tecnológica, a Imprensa atravessou nesta altura um dos mais importantes processos de modernização administrativa introduzidos pelo regulamento da Oficina Tipográfica. Era tempo de adaptar práticas normalizadoras, assentes no conhecimento científico — como o sistema justificação de pontos pelo tipómetro *Didot*, introduzido ainda sob a administração de Frederico Marecos. Esta renovação resultava não só do projeto modernizador dos irmãos Marecos mas também da crescente concorrência sentida pela Fundação de Tipos à medida que surgiam novas oficinas do setor em Portugal e que forçavam a renovação na Imprensa. Neste novo ciclo produtivo, a ambição passava agora por conseguir concorrer com a venda de tipos franceses e ingleses no mercado brasileiro, a um preço mais reduzido, porque mais bem calculado.

A muito curto prazo, a adoção do sistema *Didot* passou a permitir fundir 8 corpos regulares, 4 corpos de caracteres de fantasia, múltiplas vinhetas de combinação, uma coleção de colchetes (de 1 a 50) e uma coleção de quebrados de corpo 3. Estava, por fim «inteiramente regenerada a oficina de fundição de tipos da Imprensa Nacional».

Régua (regreta) em pontos Didot, utilizada na composição tipográfica, permitindo uniformizar medidas de tipos, entrelinhas, lingotes e brancos. O sistema numérico de Didot passou a ser utilizado integralmente na fundição da Imprensa Nacional na segunda metade do século XIX. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



UMA IMPRENSA VERDADEIRAMENTE EUROPEIA

As missões realizadas pela Europa, os processos de reforma e o ajuste da Imprensa aos modernos processos industriais vieram proporcionar, de facto, uma evolução rápida e constante no plano tecnológico e formativo das suas oficinas.

Entre 1855 e 1858, foram compradas três máquinas de fundir da marca *Steiner*, compradas em Viena e Munique, que passaram a assegurar o trabalho equivalente a quatro operários. Este primeiro conjunto deu início ao processo de transição para a fundição mecânica que, no entanto, manteve estreito convívio com o processo manual durante várias décadas do século xx. Até 1858, foram também montados aparelhos de galvanoplastia e criada uma Oficina de Serralharia Mecânica que gerava, a baixos custos de produção, utensílios essenciais ao trabalho da fundição. Na mesma altura, Firmo Marecos conseguiu contratar o artista Ignatius Lauer, da Imprensa Imperial de Viena, para coordenar os trabalhos de estereotipia, galvanoplastia e fundição mecânica, fundindo-se mais de mil arratéis de tipos diversificados por semana.

Matriz obtida por galvanoplastia (galvano) com a representação de D. Maria Pia de Saboia [post. 1862]. A reprodução por galvanoplastia recorre a um processo eletroquímico. Os moldes, habitualmente feitos em *gutta-percha*, são colocados em tinas com um banho condutor juntamente com o metal no qual é reproduzida a matriz por eletrodeposição (partículas fixadas através da corrente elétrica).
Fotografia de Nuno Silva (INCM).
Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



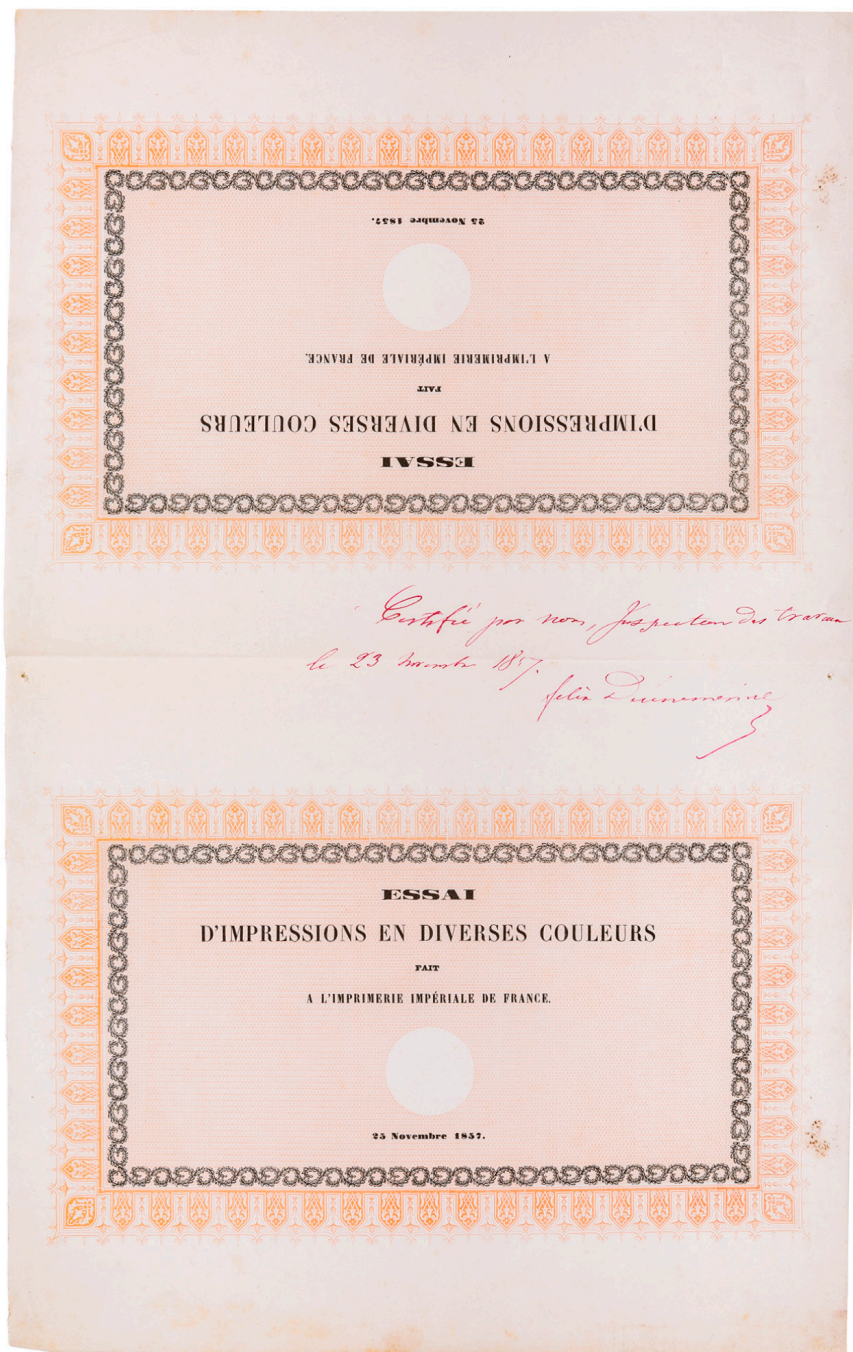
Estava aberto o caminho para que a Imprensa fosse capaz de competir internamente e também no mercado brasileiro. Entre 1855 e 1857, foi incrementada a relação de afirmação dos produtos de fundição no mercado brasileiro, como foi exemplo o *Jornal da Bahia*, ao qual a Imprensa fornecia diversos tipos e tintas. A este mercado, associava-se ainda a exportação para as imprensas coloniais, incluindo equipamentos enviados para Moçambique e Angola, e a venda de tipos e ornamentos tipográficos para a Imprensa Nacional de Nova Goa.



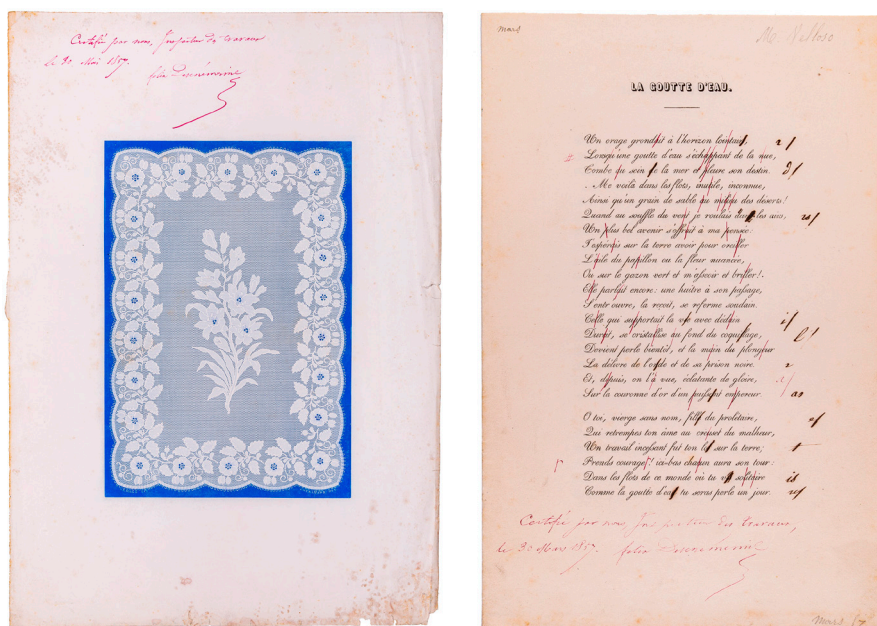
Prova de trabalho ornamentado, dedicado à nação brasileira por ocasião da publicação da «Lei do Ventre Livre», que determinou a condição de liberdade dos filhos de mulheres escravas nascidos a partir dessa data. Execução tipográfica de Francisco Guilherme Tito da Silva, na Imprensa Nacional, 1872. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

O ensino e a capacidade artística da Imprensa Nacional beneficiaram também largamente do estágio realizado na Imprensa Imperial de Paris pelo compositor José Maurício Veloso e pelo impressor Francisco de Paula Nogueira, em 1857. Os dois operários foram nomeados em março de 1857 para estudar e aperfeiçoar as suas áreas técnicas numa das tipografias europeias mais destacadas e normalmente inacessível: o estágio de nove meses foi conseguido por especial intervenção diplomática e com o apoio do governo francês. A especialização passou por três meses de composição, com resultados que chegaram até nós, apresentando molduras, trabalhos de alceamento e composição tipográfica de detalhe extraordinário e de impressão, cuja aprendizagem foi mais morosa. Nesta fase, os dois estagiários aprenderam processos de impressões nítidas e de

luxo, a cores, ouro e platina, alguns deles ainda desconhecidos noutras oficinas francesas. Maurício Veloso e Francisco de Paula Nogueira tinham também a responsabilidade de comprar novo equipamento, através da Imprensa francesa e trouxeram consigo contributos importantes para o processo de reforma da Imprensa Nacional, sobretudo em matéria de organização do trabalho.



Trabalhos realizados e examinados pelos estagiários da Imprensa Nacional na Imprensa Imperial de Paris, em 1857: prova de impressão a duas cores, prova de impressão de gravura e trabalho tipográfico com as respetivas notas de revisão. Fotografia de Nuno Silva (INCM). Coleção Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



A afirmação da Imprensa Nacional, ao longo destes anos, estendeu-se também ao associativismo e à discussão em torno da regulação setorial. Foi o caso da Associação Tipográfica Lisbonense e Artes Correlativas, fundada em Lisboa em 1852, cuja constituição contou com a participação de funcionários da tipografia pública. Os associados beneficiavam de socorro em caso de doença ou impossibilidade de trabalhar, socorros médicos e auxílio no pagamento dos respetivos funerais. O primeiro presidente da comissão administrativa foi, justamente, José Maurício Veloso.

Cumpriam-se duas décadas de desenvolvimento contínuo e persistente, refletido na evolução do pessoal das oficinas — sobretudo na Tipografia, Fundação e Litografia — e no volume anual de rendimentos. Durante as décadas de 1860 e 1870, continuaram a fazer-se sentir os efeitos das missões de estudo pela Europa e dos estágios realizados em Paris, particularmente visíveis na prestação da Imprensa em várias exposições internacionais.

Datas importantes:

1843	Viagens de José Frederico Pereira Marecos a França, Inglaterra e Bélgica para atualização tecnológica da Imprensa Nacional. Entre o equipamento adquirido, destacou-se um prelo a vapor, o primeiro do nosso País.
Janeiro de 1845	É criada a escola especial de composição na Imprensa Nacional. O ensino é assumido pelo tipógrafo João Manuel de Freitas.
5 de novembro de 1845	Criação do Montepio do Pessoal da Imprensa Nacional (Caixa de Socorros), permitindo atribuir subsídios por doença e pensões por invalidez.
1849	A Imprensa Nacional conta mais de 140 funcionários, uma oficina tipográfica (com 20 prelos de ferro, 2 prelos mecânicos e um elevado número de tipos e vinhetas), oficinas de litografia, estamperia e gravura, a fábrica de cartas de jogar, a fundição de tipos e uma oficina de serralharia.
5 de março de 1851	Comissão para o estudo e regulamentação da oficina tipográfica, cabendo-lhe a preparação de um Manual Tipográfico Português, inspirado nas práticas europeias.
23 de julho de 1851	A escola de composição é autonomizada da oficina tipográfica e instalada em espaço próprio.
Agosto de 1854	Visitas de Firmo Marecos a oficinas tipográficas em Inglaterra, França e Bélgica, para modernização tecnológica.
Março de 1857	O compositor José Maurício Veloso e o impressor Francisco de Paula Nogueira são enviados a Paris para trabalhar na Imprensa Imperial de França.
1858	É publicado o <i>Specimen da fundição de tipos da Imprensa Nacional</i> , com várias novidades em relação ao catálogo de 1838.
29 de março de 1858	Visita do rei D. Pedro V.
1861	Obras de reparação do edifício e melhoria das oficinas.
1867	Exposição Universal de Paris. A Imprensa Nacional recebe a medalha de ouro.

1868	As antigas prensas <i>Stanhope</i> são substituídas por um prelo <i>Albion</i> , de <i>Hopkinson & Cope</i> , e por cinco prelos do sistema Haggar, construídos em Viena e Berlim. É também adquirida uma máquina de <i>Degener & Weiler</i> , apresentada pela primeira vez na Exposição Universal de Paris de 1867, uma verdadeira novidade no ramo tipográfico à época.
2 de janeiro de 1869	A folha oficial do Governo passa a designar-se <i>Diário do Governo</i> , título que se manteve até 1976.
1870	Novo catálogo de tipos, acrescentando novos caracteres, letras de fantasia, mais de 1000 variedades de vinhetas, cantos e ornatos e 225 armas e troféus.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

I. ARQUIVOS

Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Ministério do Reino

Imprensa Nacional – Casa da Moeda / Arquivo Histórico da Imprensa Nacional

2. DOCUMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa

Diário do Governo

3. BIBLIOGRAFIA

CANAVEIRA, Rui, *História das Artes Gráficas*, vol. II, *A Revolução Industrial e a Indústria Gráfica*, Porto, Associação Portuguesa das Indústrias Gráficas e Transformadoras do Papel, 1996.

CARVALHO, José Liberato Freire, *Memórias da Vida*, Lisboa, Typographia de José Baptista Morando, 1855.

MARECOS, Firmo Augusto Pereira, *Relatório do Administrador da Imprensa Nacional, Firmo Augusto Pereira Marecos, Publicado no Diário do Governo de 7 de Julho de 1849*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1849.

_____, *Relatório Apresentado ao Ministério do Reino em 28 de Abril de 1855 pelo Administrador Firmo Augusto Pereira Marecos com Uma Breve Notícia Histórica deste Estabelecimento*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856.

Relatorio e projecto de regulamento para a officina typographica da Imprensa Nacional elaborado pela comissão nomeada em 5 de março de 1851 com as correções feitas pela Administração Geral da dita Imprensa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1852.

Relatório Geral da Exposição de Produtos de Indústria Portuguesa feita pela Sociedade Promotora da Indústria Nacional em 22 de julho de 1838, Lisboa, Tipografia de José Baptista Morando, 1838.

TENGARRINHA, José Tengarrinha, *Nova História da Imprensa Portuguesa — Das Origens a 1865*, Círculo de Leitores/Temas e Debates, Lisboa, 2013.

N 2510

© N I M P R E N S A
N A C I O N A L

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA A COMERCIALIZAÇÃO.